

LEI MUNICIPAL Nº 1.460/2002

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE AGUDO PARA O EXERCÍCIO DE 2003.

LAURO REINOLDO REETZ, PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 76, Inciso X, da Lei Orgânica Municipal,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- Art. 1º - O Orçamento Fiscal do Município de Agudo para o exercício de 2003 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 12.800.000,00 (doze milhões e oitocentos mil reais) para a Administração Direta, discriminados pelos anexos integrantes da Lei.
- Art.2º- A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e de receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes da Lei, com desdobramento:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

<u>Receitas Correntes</u>	R\$ 11.433,000,00
Receita Tributária	R\$ 996.500,00
Receita de Contribuições	R\$ 1.599.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 356.000,00
Receita Agropecuária	R\$ 52.000,00
Receita de Serviços	R\$ 52.000,00
Transferências Correntes	R\$ 8.212.700,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 164.800,00
<u>Receitas de Capital</u>	R\$ 1.367.000,00
Operações de Crédito	R\$ 700.000,00
Alienação de Bens	R\$ 20.000,00
Amortização de Empréstimos	R\$ 25.000,00
Transferências de Capital	R\$ 640.000,00
TOTAL	R\$ 12.800.000,00

Lei Municipal n.º 1460/02 – fl.2

Art.3º- A Despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros “Programas de Trabalho” e “Natureza da Despesa”, integrantes desta Lei e em seus orçamentos aprovados pelo Executivo.

1- POR FUNÇÕES DE GOVERNO

Administração Direta

01 - Legislativa	R\$	331.100,00
04 - Administração	R\$	1.512.990,00
06 - Segurança Pública	R\$	7.500,00
08 - Assistência Social	R\$	168.000,00
09 - Previdência Social	R\$	899.000,00
10 - Saúde	R\$	1.889.000,00
12 - Educação	R\$	3.455.810,00
13 - Cultura	R\$	98.200,00
15 - Urbanismo	R\$	428.500,00
16 - Habitação	R\$	144.000,00
17 - Saneamento	R\$	1.000,00
18 – Gestão Ambiental	R\$	32.600,00
20 – Agricultura	R\$	892.300,00
22 – Indústria	R\$	144.500,00
23 – Comércio e Serviços	R\$	57.000,00
24 – Comunicações	R\$	101.000,00
25 – Energia	R\$	307.300,00
26 – Transporte	R\$	2.178.700,00
27 – Desporto e Lazer	R\$	51.500,00
99 – Reserva de Contingência	R\$	100.000,00
Total	R\$	12.800.000,00

2- POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Poder Legislativo

01 - Câmara Municipal de Vereadores	R\$	331.100,00
-------------------------------------	-----	------------

Poder Executivo

02 - Gabinete do Prefeito	RS	560.490,00
---------------------------	----	------------

Lei Municipal n.º 1460/02 – fl.3

03 – Secretaria de Administração	R\$	325.000,00
04 – Secretaria de Fazenda	R\$	640.000,00
05 – Secretaria de Obras e Trânsito	R\$	2.729.200,00
06 – Secretaria de Educação e Cultura	R\$	3.554.010,00
07 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	R\$	1.232.200,00
08 – Secretaria da Saúde e Bem Estar Social	R\$	2.075.000,00
09 – Secretaria de Ind. Com. e Turismo	R\$	354.000,00
10 – Fundo de Previdência do Servidor	R\$	899.000,00
99 – Reserva de Contingência	R\$	100.000,00

Total	R\$	12.800.000,00
--------------	------------	----------------------

Art.4º- O Poder Executivo fica autorizado a:

I – Abrir crédito Suplementar para atender despesas relativas a aplicação ou transferência de receitas vinculadas que excedam a previsão orçamentária correspondente até o limite recebido;

II – Abrir crédito suplementar para remanejar dotações orçamentárias do mesmo projeto ou atividade, existindo os elementos de despesa nas respectivas atividades ou projetos, até o limite da dotação;

III – Abrir crédito suplementar com saldos de recursos vinculados não utilizados no exercício passado, até o limite do saldo bancário livre;

IV – Abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da despesa total autorizada;

V – realizar em qualquer mês do exercício, operações de crédito por antecipação de receita e oferecer garantias usuais necessárias, até o limite fixado pela Constituição Federal.

Art.5º- O Poder Executivo repassará ao Poder Legislativo, em parcelas mensais, valor equivalente a até 8,0% (oito por cento) da receita do Município, em conformidade com o disposto no Art. 29-A, da Constituição Federal.

Lei Municipal n.º 1460/02 – fl.4

Art.6º- Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2003.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos 31 de dezembro de 2002, 145º da Colonização e 43º da Emancipação.

LAURO REINOLDO REETZ
Prefeito Municipal

ERVEDO ROOS
Secretário da Fazenda e da
Agricultura e Meio Ambiente.

ALDO BERTI HOPPE
Secretário de Obras e de Trânsito

ZENI T. DE MENEZES UNFER
Secretária da Educação e Cultura

VALMI DULCE RADDATZ
Secretária da Saúde e Assistência Social

ARNILDO ARCI KEGLER
Secretário da Ind. Comércio e Turismo

Registre-se e publique-se.

HASSO HARRAS BRÄUNIG
Sec. Mun. da Administração